

KITS DIDÁTICOS DOCUMENTOS HISTÓRICOS NO ENSINO

**Resistência indígena durante a Ditadura
Militar (1964-1988).**



**Durante o encontro, prédio da FUNAI foi
“protegido” pela tropa de choque da PM**

Foto: Josemar Gonçalves/UH-BSB



Trabalho final de Ensino de História: Teoria e Prática.

Prof.^a Dr.^a Antonia Terra de Calazans Fernandes

Grupo:

Augusto Ramos Carneiro

João Ferreira Maciel Neto

Monyque Ferreira Brandão

Vinicius de Jesus Paula de Oliveira

Números USP:

10764422

10703674

10764356

10703416

LEITURA DOS DOCUMENTOS

O presente Kit Didático pretende orientar os alunos na leitura de fontes apresentando uma perspectiva indígena dos conflitos políticos e sociais, que se acirram no século XX onde essas populações lutam mesmo marginalizadas e têm sua cultura colocada como sinônimo de atraso. A esfera política mundial no século XX presencia a intensificação das contradições do sistema capitalista, nesse período acontece a crise de 29 que traz várias mudanças na economia mundial onde o Estado passa a ter um papel regulador. Por outro lado temos a emergência dos ideais revolucionários socialista com a URSS, esses dois polos políticos marcam o período de verdadeira guerra no plano econômico, político e ideológico. Esse conflito pressiona as políticas nacionais, que devem se encaixar nessas duas grandes propostas políticas.

No Brasil, e na América latina como um todo, os EUA se impõe economicamente e militarmente com seu financiamento, em troca ele pedia um alinhamento do desenvolvimento nacional desses países com suas indústrias (principalmente de automóveis) e interesses políticos, facilitando a entrada de seu capital. Mas, para além disso, as populações indígenas são numerosas e ocupam muitas dessas regiões que o Estado Brasileiro e as potências mundiais almejam enquanto espaços de exploração de recursos, e mesmo dentro de um imaginário político revolucionário e anti sistema não está claro o respeito a sua cultura e liberdade. Uma das consequências do alinhamento político e econômico do Brasil com os EUA foi a ditadura militar de 1964 que representou um momento de quebra democrática, um esvaziamento dos espaços de debate político e intensificação da repressão social.

Já era latente no Brasil desde a era Vargas a instituição do autoritarismo como forma legítima de conter os conflitos sociais, a manipulação e censura dos meios de comunicação comprometeram a articulação política geral da oposição durante todo o período.

Os documentos selecionados explicitam a forma que os grupos indígenas construíram uma unidade política própria e autônoma a partir do entendimento de sua posição e pressionando as instituições governamentais, em um caminho de luta tanto dentro do sistema, além do confronto direto. A guerra por terras no Brasil está invariavelmente ligada à presença indígena massacrada no processo.

A ditadura militar de 1964 representou uma intensificação dos ataques contra os povos originários do Brasil, o plano de governo do estado brasileiro sempre esteve em conflito com o direito de preservação da vida, cultura e território dos povos indígenas. No ano de 64 observa-se uma transformação desses interesses divergentes em um conflito sangrento que aconteceu em várias escalas. Porém, é importante salientar que esse conflito não se deu apenas na maneira de ataques do governo e dos representantes de projetos de desenvolvimento contra os indígenas, mas também de um contra ataque e organização de diversos povos indígenas em todo o país contra esse projeto violento. A documentação organizada aqui nesse documento, tem o objetivo de salientar como se deram esses conflitos e quais os impactos que eles tiveram para o avanço das demandas dos povos indígenas, que seriam mais tarde importantes inclusive nos movimentos de luta pelo fim da ditadura militar. A década de 1980 é determinante, uma virada histórica, onde mesmo com o regime fechado de maneira violenta, o conjunto da população do país se coloca em conflito, de maneiras diferentes, mas nesse sentido de reação à carestia implantada pela ditadura. A partir dessa década se pode observar o enfraquecimento dos militares e a caminhada para a mudança de regime, um dos objetivos desses documentos é mostrar no contexto escolar como os indígenas participaram desse conflito e desconstruir uma visão passiva que se tem em senso comum desse período, mostrar como esse movimento foi um dos grandes determinantes para o enfraquecimento dos militares, junto com os movimentos pelas diretas já, luta estudantil, movimentos de abaixo à ditadura, democracia corinthiana e etc.

Para a construção de um conhecimento, ao invés da passagem abrupta do professor para o aluno, temos como objetivo utilizar os documentos do final desse kit, junto com as perguntas de roteiro para o aluno adotar um papel ativo de leitura e construção do próprio saber, com a análise dos documentos perceber como foram retratadas as lutas indígenas e como se organizaram em algum nível e com as perguntas um direcionamento de leitura para esses documentos. No final o aluno terá consolidado um ponto de vista que não veio externamente mas que foi desenvolvido pelo seu próprio trabalho de leitura e compreensão. Desse modo, serão desenvolvidas algumas competências:

- 1 - A localização em um tempo histórico.
- 2 - A compreensão do contexto da ditadura na data proposta.
- 3 - A desconstrução da visão dos indígenas como povos homogêneos, e compreensão desses como uma ampla camada da população brasileira que é agente de sua própria história.
- 4 - O papel dos organismos de mediação de conflitos entre os interesses do governo federal comandado pelos militares e os interesses dos povos indígenas trabalhados.

PROPOSTA DIDÁTICA COM USO DE DOCUMENTOS

- 1) Qual era o papel dos povos indígenas para o governo federal, eles estavam dentro do projeto de governo ou atuavam como um entrave?

- 2) Qual a participação da FUNAI nas lutas dos povos indígenas na década de 1980?

- 3) Observando os documentos 6 e 8, responda:
 - a) Por que os povos Xinguana precisaram adotar uma postura de combate ao governo federal?
 - b) Essa postura era isolada ou fazia parte de algum movimento maior dos povos indígenas?

- 4) Observe o Documento 5. Qual estratégia foi utilizada pelo governo federal e a empresa Eletronorte para desarticular as lutas indígenas da região de Tucuruí?

- 5) A partir do Documento 6, explique o motivo pelo qual o cargo de presidente da FUNAI esteve em risco, 1984.

- 6) Com base no Documento 2, responda. Como atuavam os fazendeiros nos conflitos entre o governo e os indígenas?

- 7) Considerando os documentos 1, 2 e 6, na sua opinião, os povos indígenas mostrados teriam um posicionamento passivo ou estavam dentro de um movimento que pode ser considerado uma guerra de projetos políticos em antagonismo, com uma posição ativa ? Explique sua resposta.

PROPOSTA DIDÁTICA COM USO DE DOCUMENTOS

- 8) A partir do documento 2, de qual lado se colocavam os padres presentes nessa guerra de interesses na década de 80?
- 9) Tendo em vista o documento 4, o que o envio da tropa de choque da PM por parte da FUNAI diz sobre a posição desse órgão, que supostamente deveria assegurar e promover os direitos dos indígenas, em relação aos mesmos?
- 10) Com relação aos Documentos 3 e 4
- Por que acha que indígenas se reuniram e fizeram acampamento próximo ao Congresso Nacional e não em outro local?
 - O que as duas imagens têm em comum?
 - O que, a partir delas, pode ser dito sobre o posicionamento dos indígenas naquele contexto?



LIVRO POVOS INDÍGENAS NO BRASIL / 1984

**Os documentos encontram-se nas seguinte páginas:
17, 19, 82, 83, 122, 124, 132, 141, 161, 247, 295, 315**

DOCUMENTOS

Documento 1

CARTA DOS TUXÁUAS AO PRESIDENTE

Surumu, 9 de janeiro de 1985

Exmo. Sr.
Tancredo Neves
Presidente da República

Senhor Presidente,

Nós Tuxáuas e lideranças das comunidades indígenas do Território Federal de Roraima, reunidos em nossa Assembléia Geral e Anual, debatemos juntos os assuntos que passamos a seu conhecimento.

Questão da Terra:

1. Representamos aproximadamente 40% da população deste Território e queremos que isso seja levado em consideração por seu governo, quando for definido algum projeto para este Território.
2. Temos contra nós a ação contínua dos parlamentares Mozarildo Cavalcanti e João Batista Fagundes que vêm insistindo na entrada de mineradoras em nossas áreas.
3. Exigimos a demarcação das nossas áreas indígenas deste Território com a retirada dos invasores como condição indispensável para a sobrevivência de nosso povo.
4. Exigimos a criação e demarcação de uma área contínua que atenda às condições de sobrevivência das comunidades Macuxi que habitam a região entre os rios Surumu, Tacutu e Maú, com limites ao norte na fronteira com a Venezuela.

5. Exigimos a criação do Parque Yanomami com a retirada dos garimpeiros que lá se encontram.

Questão de Saúde:

O abandono a que fomos lançados tem nos custado a vida de centenas de membros de nossas comunidades, sendo que agora temos a ameaça de fechamento dos hospitais da Missão Consolata que até esta época nos têm assistido.

Questão de Educação:

A garantia de escolas e formação a que temos direito e sabemos ser obrigação da Fundação Nacional do Índio, FUNAI, e da Secretaria da Educação, não nos é dada. Necessitamos de atendimento e de recursos para que nossos filhos tenham garantido este direito. São os seguintes os povos indígenas que habitam o Território de Roraima:

Waiwai
Yanomami
Wapixana
Macuxi
Taurepang
Maiongong
Ingaricó
Ixcariana
Katuenta
Mauiyana
Karatayana

Esperando contar com toda a sua atenção, subscrevemo-nos,
Muito respeitosamente,

Assinam os tuxáuas: Arnaldo Silva de Souza, Hilário Lima, Rafael Candido da Silva, Dermano Silva dos Santos, Antonio Farias, Evaristo das Chagas Barbosa, Cristóvão da Silva, Braz Gomes Pereira, Manoel Guilherme de Souza, Inocencio Laureano, Narciso Boaventura, João Batista de Oliveira, Manoel Paulo Lopes, Manuel Silva dos Santos, José Lima de Aguiar, Bento Adelino Peres, Salomão Batista Marques, Altair Dias Ferreira, Agrícola Pacheco, Gregório Hernandes, Silvério Isidoro Messias, Aderaldo Demétrio da Costa, Bento Laredo da Silva, Joaquim da Silva, Carlos Antonio Sevino, Liberalino dos Santos Ribeiro, Terêncio Luis Silva, Melquíades Peres Neto, Alcides Constantino, Constâncio Constantino, Floriano da Silva, Bento Alfredo da Silva, João de Souza, Luiz Romualdo da Silva, Antonio Trajano, Pedro Alcides Pereira, Albertino Ramos, Juscelino Joaquim Marques, Bento Padrinho, Orlando Pereira, João Batista, Afonso José Anfriso, Jonso Clementino, Raimundo Alves, Armando José de Souza, Domingo Batista, Clovis Ambrosio, Geraldo Delfonso Silva, Eurico Inácio, Luis Henrique, Damaceno Augustinho, Luciano Batista, Célio Joaquim Marques, Anselmo A. Silva, Anselmo A. Silva, Damasceno Alves, Lucas Rodrigues, Aquilino Rodrigues Mesquita, Anísio Militão, Alcides Teixeira, Davi Xirianá Yanomami, Julio José de Souza, Cícero Benício Lino Souza, Neusa Urbieta S. Sakamãe, Lino da Silva, Hilário Lima, Jorge Afonso de Souza, Valdemar Militão Fidelis e Gabriel Joaquim Guariba.

Documento 2

RORAIMA | 9

Aconteceu na imprensa

GERAIS

Padre ameaçado de morte

O secretário do CIMI e a CNBB Regional Norte I estão denunciando políticos, fazendeiros e garimpeiros do Território de Roraima de ameaçarem de morte o padre Lírio Girardi, da Paróquia de Normandia. A informação chegou aos veículos de comunicações locais através de "nota de solidariedade" distribuídas pelo CIMI e CNBB protestando contra a atitude dos agressores e pedindo providências das autoridades de segurança do país.

A nota afirma que o padre Lírio Girardi vem sofrendo as mais duras perseguições nos últimos dias, a mando de fazendeiros, garimpeiros e políticos regionalistas, "que buscam por todos os meios obstaculizar a ação da Igreja junto às nações indígenas daquele Território. "É o caso do deputado João Batista Fagundes, do PDS, que vem articulando uma campanha difamatória contra os padres e o bispo daquela Diocese em benefício de grupos mineradores", afirma a nota.

Em resposta às agressões, segundo a nota, a Igreja de Roraima reunida em Assembleia Geral aprovou uma Nota de Protesto, esclarecendo a opinião pública sobre os acontecimentos; também foi celebrada uma missa presidida por D. Aldo Mongeano, com a participação de centenas de pessoas. (Comércio, 27/07/84).

Pecuaristas acusam a FUNAI

Um grupo de pecuaristas da região do Cotingo deslocou-se para Boa Vista, na última quinta-feira, para denunciar a invasão de suas propriedades por parte da FUNAI e do INCRA à Cooperativa Mista dos Pecuaristas de Boa Vista, com a finalidade de solicitar providências urgentes junto às autoridades locais.

Liderados pelo pecuarista Jair Alves dos Reis, um dos maiores criadores de gado da região do Cotingo, onde possui diversas fazendas, os pecuaristas se mostravam revoltados com a atitude da FUNAI e do INCRA, informaram que esta semana uma equipe composta por funcionários da FUNAI e do INCRA esteve na região fazendo "um levantamento completo das propriedades, sem o consentimento dos proprietários", deixando revoltados os criadores e causando um clima tenso em toda a região. Disseram eles que não foram consultados e que não sabiam dos objetivos do levantamento. Além disso, informaram que esses órgãos, que deveriam primar pela obediência às leis, respeitando a propriedade alheia, fazem exatamente o contrário, estando, por isso, enquadrados no crime de "turbação de posse". Os fazendeiros denunciaram, ainda, as ameaças feitas pelos funcionários da FUNAI, de que os proprietários poderiam ter suas terras confiscadas e distribuídas aos indígenas que vivem nas malocas das redondezas.

Segundo o delegado regional da FUNAI Ubiratã Tupinambá da Costa, através de uma Portaria da Presidência da FUNAI, a 10ª DR deverá realizar um completo e minucioso levantamento antropológico e fundiário de todas as propriedades existentes na região compreendida entre a Maloca da Raposa e a Serra do Sol, no Município de Normandia e parte do Município de Boa Vista, contando com o apoio do INCRA, na parte fundiária.

Sobre a denúncia de invasão das propriedades dos fazendeiros pela equipe da FUNAI, o titular da 10ª DR afirmou que "o que acontece é que a equipe chega nas fazendas e não encontra o proprietário, então estabelece o contato com o vaqueiro, que não impede a entrada, e inicia o trabalho". Disse, ainda que esse serviço de levantamento antropológico, por parte da FUNAI, e fundiário, pelo INCRA, deverá ser feito em toda a região, pois somente assim se poderá dar subsídios ao Departamento do Patrimônio Indígena da FUNAI, no estudo da área a ser demarcada, porém, a decisão final caberá ao MEAF. (O Roraima, 04/08/84).

Tuxauas denunciam invasão

Reunidos na maloca Perdiz, os Tuxauas, conselheiros das comunidades indígenas do território federal de Roraima, redigiram documentos denunciando invasão de suas terras e reservas por fazendeiros. Revelam ainda que os fazendeiros estão utilizando a polícia para prender os indígenas, ao mesmo tempo em que ameaçam exterminar um rebanho bovino que foi doado pela diocese daquele território.

As constantes invasões estão sendo concretizadas porque as reservas indígenas do território ainda não foram demarcadas. Isso não leva somente à penetração de fazendeiros, mas, também, de empresas de mineração, como é o caso de Codesaima, CRPM e garimpeiros, que em troca do minério que retiram do solo deixam doenças e bebidas alcoólicas "com o único objetivo de matar os índios" diz mais o documento. (Notícias Populares, 09/10/84).

Nota dos Tuxauas

Na maloca do Perdiz, de 1º a 4 de outubro, 25 tuxauas e mais 13 membros do "Conselho Regional Indígena" da região das Serras, além de outros líderes, se reuniram para debater as principais dificuldades. Ao final do encontro, levantaram as seguintes problemas graves, em uma nota.

"1º — A nossa área indígena ainda não foi demarcada. Através de não serem demarcadas vêm os invasores. Os fazendeiros não deixam fazer suas roças, não deixam fazer seus retiros, queimando seus barracos que estão fazendo para os retiros, prendendo os tuxauas, tentando comprar malocas, levando a polícia para as malocas ou querendo expulsar o gado que foi recebido do projeto da Diocese que o índio recebeu. Através desse projeto os fazendeiros estão ameaçando os padres, como aconteceu com o Pe. Lírio e o Pe. Jorge.

DOCUMENTOS

Documento 2

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL/CEDI

Um dia que os fazendeiros chegar a expulsar o nosso gado recebido do projeto da Diocese, nós vamos fazer o mesmo serviço com o gado deles.

2º — Assunto: invasão dos garimpeiros como firmas Codesaima, CPRM, e outros maquinários acabando a nossa mineração, através de nossas áreas não está demarcada, cada vez mais entrando muitos garimpeiros, trazendo muita bebida alcoólica só para destruir a comunidade. O preço da compra de mineração é muito explorado.

Então nós muito preocupados em estas coisas nocivas para as nossas comunidades, esperando uma ajuda das autoridades como: governadores, deputados, mas pelo contrário, os deputados de Roraima vem fazendo projeto de lei como: lei nº 4.147 de 1984, feito pelo deputado Mozarildo Cavalcanti, na Câmara dos Deputados.

Com isso, nós índios de Roraima, ficamos muito sentido e por isso nós não aceitamos esse projeto de lei.

Para isso não temos uma lei nº 6.001/12/73, o Estatuto do Índio, para não inventar mais outra lei, a nossa lei tem que ser respeitada em todo Brasil". (**Porantim, Dezembro/84**).

Ordem do Juiz derrubar as casas

Colocar abaixo as casas dos índios Macuxi, na Aldeia da Barata, região de Taiano — Roraima — foi a ordem dada pelo Juiz de Direito, Antônio Anunciação Ferreira Neto, ao acatar o pedido de manutenção de posse impetrado em 1981 pelo posseiro Epitácio Andrade Lucena e outros contra os silvícolas. Esta é a primeira vez na história do indigenismo brasileiro que uma autoridade

desse nível não protege os direitos consagrados dos índios, informou fonte da FUNAI.

Antônio Anunciação rejeitou o recurso do advogado da FUNAI, que alegou ter tomado conhecimento da decisão somente no dia 25 de outubro, embora a sentença tenha sido publicada no Diário Oficial local dia 22 daquele mês. O defensor do órgão tutelar solicitou que o cumprimento da sentença fosse adiado até a próxima segunda-feira para que o caso fosse acompanhado pelo Procurador-Geral da FUNAI, Irineu de Oliveira, o que foi negado.

Na fase de instrução processual o juiz já havia tomado essa decisão. Como os índios se negaram eles próprios a derrubarem suas casas, ontem ele mandou um destacamento da PM acompanhado de um Oficial de Justiça para executarem a sentença. A PF, apesar de solicitada, negou-se a participar do ato. (**Jornal de Brasília, 10/11/84**).

DOCUMENTOS

Documento 3

“



Acampamento feito no segundo Encontro Nacional dos povos indígenas do Brasil, em 1983, nas proximidades do Congresso Nacional

Foto: Paula Simas/AGIL

DOCUMENTOS

Documento 4



Durante o encontro, prédio da FUNAI foi “protegido” pela tropa de choque da PM

Foto: Josemar Gonçalves/UH-BSB

DOCUMENTOS

Documento 5

"Expropriados Urgente", é o protesto contra Eletronorte

TUCURUÍ — (José Adão) — Parodiando a Eletronorte que recentemente espalhou por toda a região tocantina um cartaz com o título "Tucuruí Urgente", a Comissão de Expropriados e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tucuruí, divulgaram ontem uma nota com o título "Expropriados Urgente", onde fazem várias reivindicações à Eletronorte e até mesmo ao governo do Estado e à CPI dos Recursos Naturais. Eis a íntegra da nota:

"Expropriados Urgente"

"Os moradores dos municípios atingidos pela construção da barragem de Tucuruí, vem através da comissão que os representa e do

permitam o acesso aos lotes.

4) Liberação de verbas do Finsocial.

5) Construção de casas e entrega de lotes rurais. Tão grande é a inadiplência da Eletronorte que ainda se encontram morando na área do lago, cerca de duzentas famílias, com seus criatórios e lavouras, coisa que à esta altura se configura em completa irresponsabilidade.

Irresponsabilidade flagrante comprovada quando a Eletronorte não define até onde irá a margem do lago, intranquilizando famílias, que tempo atrás concedeu carta de liberação, porque seus lotes não seriam inundáveis.

"Expropriados Urgente"

"Os moradores dos municípios atingidos pela construção da barragem de Tucuruí, vem através da comissão que os representa e do Sindicato de Trabalhadores Rurais, esclarecer à opinião pública em geral, às autoridades constituídas a respeito da situação em que vivem os expropriados e, acerca dos últimos fatos ocorridos em Novo Repartimento e em Tucuruí.

A situação intranquila por que passam os moradores da região, acampados nestes dias em Novo Repartimento, resulta do não cumprimento por parte da Eletronorte, dos acordos celebrados com a Comissão dos Expropriados. Faltam ser cumpridas as seguintes necessidades:

1) A construção de poços nos lotes rurais, em especial nas glebas Parakanan e Baiana, como estão por concluir os iniciados no loteamento Rio Moju.

2) Construção de escolas e postos de saúde nos lotes rurais.

3) Construção de vicinais que

traronorte não define até onde irá a margem do lago, intranquilizando famílias, que tempo atrás concedeu carta de liberação, porque seus lotes não seriam inundáveis. Mas que hoje recebem em suas casas técnicos da mesma empresa dizendo o contrário. Desrespeito se pode dizer que esta empresa pratica quando assentou os lavradores na gleba Parakanan, empurrando-os para um conflito com os índios, isto porque, esta área sendo parte da reserva indígena, não a indenizou e nem construiu estradas, sem o que, segundo os próprios índios, retomarão a área, destruindo roças e expulsando os colonos.

Por essa situação, repudiamos a tentativa de caracterizar o movimento dos expropriados como violento e baderneiro, assim como repudiamos a tentativa de imputar a pessoas e entidades a responsabilidade pela tensão na área. Merece igualmente o nosso veemente repúdio o policiamento ostensivo que se abate sobre os moradores

da região. A ordem pública foi violada pela Eletronorte, quando esta menospreza e humilha os desapropriados, quando insidiosamente fecha a barragem, em total desrespeito à população tocantina, do Pará e do Brasil.

Por fim, solicitamos do Governo do Estado que coloque à disposição desta população os serviços de suas Secretarias e órgãos como: o Idesp, Sagri, Secretaria de Saúde, Seplan, para que se possa realizar uma completa e rigorosa fiscalização da relocação promovida pela Eletronorte. E que alimente os lavradores acampados. Solicitamos ainda, que a Comissão Parlamentar de Inquérito instalada para apurar a devastação dos re-

sa fiscalização de relocação promovida pela Eletronorte. E que alimente os lavradores acampados. Solicitamos ainda, que a Comissão Parlamentar de Inquérito instalada para apurar a devastação dos recursos naturais do Estado venha até Tucuruí e outras regiões.

— Pela construção de poços, escolas e postos de saúde nos lotes rurais.

— Pela liberação e verbas do Finsocial

— Pela definição da margem do lago de Tucuruí

— Pela solução dos problemas criados com os índios com o assentamento dos lavradores na gleba Parakanan

— Casa e terra para os expropriados.

Tucuruí, 14 de setembro/84

Comissão dos Expropriados
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tucuruí
Apoio: Contag, CPT-Tucuruí, Movimento em Defesa da Vida.

Trecho do jornal do Pará: Aqui podemos ver como as políticas adotadas pela Eletronorte afetam os trabalhadores rurais e também colocam eles para iminentes conflitos com os povos indígenas da região.

DOCUMENTOS

Documento 5



Trecho do jornal do Pará: Aqui podemos ver como as políticas adotadas pela Eletrobrás afetam os trabalhadores rurais e também colocam eles para iminentes conflitos com os povos indígenas da região.

DOCUMENTOS

Documento 6

No momento atual em que se discute a indicação de um novo presidente da Funai, o movimento indígena aqui representado pelas lideranças dos povos Tukano, Apurinã, Kaxinawá, Tuxá, Kiriri, Pataxó, Bororo, Cayabí, Apiacá, Nambiquara, Xavante e Kaingang, reunidos em assembleia com todos os representantes e coordenadores da União das Nações Indígenas (UNI) fazemos as seguintes denúncias e reivindicações:

Mudanças profundas e um novo órgão

1 — Exigimos uma mudança profunda na Funai, que até agora não tem resolvido os nossos problemas mais prementes. As sucessivas administrações da Funai desde a sua criação têm privilegiado apenas os seus funcionários em detrimento das demarcações de nossas terras e de programas de saúde e educação em nossas comunidades indígenas. A maior parte dos recursos da Funai é para pagar os seus 3.200 funcionários e agora mesmo estão gastando milhões de cruzeiros para realizar concursos e treinamentos de 200 novos empregados brancos para serem os intermediadores de nossas nações indígenas.

A Funai não cumpriu o seu papel de tutor, não demarcou as nossas terras, segundo as leis vigentes neste país, e ainda permitiu que companhias mineradoras, garimpeiros, fazendeiros, seringalistas e grandes projetos de barragens e estradas invadissem as nossas terras ou áreas indígenas. A grande maioria de seus funcionários atuais não tem sensibilidade e capacidade para tratar de nossos problemas. Estão mais preocupados com seus altos salários e mordomias.

A Funai está desmoralizada, enfraquecida, sem dinheiro e pouca democracia. Seus funcionários estão atualmente mais preocupados em disputas pelo poder dentro do órgão indígena oficial do que com as nossas verdadeiras reivindicações. Eles dividem e querem mandar em nossas áreas indígenas como se elas fossem verdadeiras capitâncias hereditárias. Alguns se agride fisicamente na sede de Brasília e os delegados-regionais e chefes de postos disputam o poder entre si e não se entendem e não respeitam as nossas lideranças indígenas. O atual presidente interino da Funai está confundindo a cabeça com dinheiro público e quer a consciência de muitos de nossos irmãos índios, manipulando vergonhosamente e dividindo o movimento indígena para permanecer no poder, assinando portarias que permitem garimpeiros e companhias mineradoras invadirem e saquearem as riquezas existentes dentro de nossas áreas indígenas.

A nova República para os índios deve ser uma nova Funai, administrada por pessoas competentes e responsáveis, e com a participação crescente de nossas lideranças e representantes indígenas. Por isso, reivindicamos que o Governo brasileiro faça uma intervenção na Funai para avaliar os gastos, o desmando e a falta de uma política indigenista voltada para a resolução de nossos problemas fundamentais. Queremos que as novas autoridades deste país abra um inquérito dentro da Funai para que nos explique os gastos do órgão que foram gastos pelo órgão oficial. Queremos que os funcionários corruptos sejam demitidos imediatamente da Funai.

A maioria de nossas nações indígenas não foram beneficiadas com os recursos financeiros que foram administrados pelas sucessivas presidências da Funai, inclusive a atual. Tais recursos foram mal distribuídos e desviados pela Funai, não sobrando nem migalhas para as nossas comunidades indígenas da Amazônia, Nordeste, Centro-Oeste e do Sul do país. Não houve apoio efetivo da Funai, outras só receberam esmolas e assim mesmo porque alguns de nossos representantes e lideranças vieram de longe para pressionar em sua sede em Brasília. As delegacias regionais da Funai não têm autonomia e competência para resolver os problemas de nossas comunidades, ocasionando uma grande concentração de índios na sede de Brasília com gastos enormes e desnecessários. O atual presidente da Funai não tem competência para solucionar os nossos problemas e o órgão se desgasta politicamente, mais parece um órgão da Máfia devido à corrupção e à mordomia de seus dirigentes e funcionários nestes últimos anos dos governos militares.

Além de mudanças profundas, reivindicamos a criação de um novo órgão indigenista em lugar dessa Funai para resolver as nossas dificuldades, ou uma secretaria ou um Ministério do Índio ligado diretamente à Presidência da República e que haja uma participação crescente de nossos representantes e lideranças em todo que diz respeito aos nossos próprios destinos. E para dirigi-lo sejam escolhidas pessoas competentes, comprometidas com as nossas lutas e reivindicações e que sejam indicadas pelo consenso de nosso movimento indígena. Queremos que esse novo órgão indigenista seja sério, representativo e democrático."

Direitos específicos

2 — "Apesar de todo genocídio e etnocídio praticado contra nossos povos indígenas neste país, de vivermos atualmente sem as nossas terras demarcadas, sem programas de saúde e de educação bilíngüe decente e de projetos econômicos que beneficiem as nossas comunidades, sem assistência por parte do governo brasileiro para as nossas 180 nações indígenas, de assistirmos os crimes e assassinatos cometidos contra as lideranças de nosso movimento indígena, de vermos as nossas áreas serem saqueadas por mineradores, fazendeiros, seringalistas e construções de estradas e hidroelétricas em nossas áreas, apesar de tudo isso estamos ainda vivos e querendo viver com mais dignidade humana. O preço que já pagamos não pode mais ser cobrado por um Estado que seja verdadeiramente democrático e que defenda a instalação de uma nova República neste país. O governo deve assumir de vez essa responsabilidade, assegurando o direito de nossos diferentes povos resguardar as nossas identidades de nação indígenas, para não sermos tratados como estrangeiros dentro do nosso país. Somos povos distintos, cidadãos brasileiros e com direitos específicos.

Lembramos aqui os últimos crimes e assassinatos cometidos impunemente contra as lideranças de nosso movimento indígena como: Ângelo Kretan, Alcides Maxacali, Ângelo Pancararé, Marçal de Souza Guarani e José Carvalho Kiriri, que perderam as suas vidas porque lutavam pelos direitos e reivindicações."

Documento 6

Revogação do 88.118/83

3 — “Exigimos as demarcações de nossas terras e que elas não sejam invadidas, porque isto é de fundamental importância para a vida de nossos povos indígenas. A Funai tem gastos muitos recursos com as delimitações de nossas terras, baseadas em estudos de eleições de áreas indígenas quase sempre desonestos e incompetentes, porque não partem das legítimas aspirações de nossas nações indígenas. Apesar de tudo isso pouco ou quase nada tem sido feito no sentido de demarcá-las efetivamente. Exigimos as demarcações imediatas de nossas áreas indígenas e que elas não sejam intruzadas por nenhum tipo de invasores.

Queremos a revogação do decreto 88.118/83, que veio complicar ainda mais a regularização fundiária de nossas terras indígenas e a anulação do decreto 88.985/83, que provocou uma corrida desenfreada de garimpeiros e companhias mineradoras para dentro de nossas áreas, saqueando as riquezas minerais existentes em muitas de nossas terras. Reivindicamos que todas as riquezas existentes no solo e sub-solo de nossas terras sejam de posse efetiva de nossas nações indígenas.

Enfim, reivindicamos que a Nova República e um Estado que se diga democrático não proteja mais as demarcações de nossas áreas indígenas. E que nossos representantes e lideranças possam participar com direito a voz e a voto nas de nossas terras sejam de posse efetiva de nossas nações indígenas.

Ao lado das demarcações imediatas de nossas áreas reivindicamos ainda projetos econômicos discutidos previamente e administrado diretamente pelas nossas comunidades para que possam ocupá-las produtivamente por conta própria e segundo os nossos costumes e tradições. Sofremos atualmente muita exploração econômica em nossas terras. É preciso que o Governo brasileiro ajude com recursos as nossas nações indígenas para que essa exploração econômica que sofremos não seja tão prejudicial às nossas vidas. Precisamos deles para que possamos organizar por conta própria as nossas áreas indígenas, sem a intermediação dos funcionários da Funai.

Queremos participar das decisões sobre as nossas terras diretamente com o novo Ministério da Reforma Agrária. Exigimos que as mineradoras, os fazendeiros, as hidroelétricas e estradas fiquem fora de nossas terras. Queremos fazer uma paz duradoura e permanente com os brasileiros sem terras, que não tendo mais para onde correr começam a invadir as nossas áreas indígenas. Para isso é preciso haver uma verdadeira reforma agrária que beneficie efetivamente milhões de brasileiros Sem Terras, mas que isso não seja feito em detrimento de nossas áreas indígenas.

As precárias condições de saúde são alarmantes em nossas áreas indígenas. Todos os anos epidemias de sarampo, coqueluche, malária, tuberculose e outras tantas têm ceifado muitas vidas humanas em nossas comunidades, principalmente na Amazônia aonde estão concentradas as maiorias

de nossas nações indígenas. Exigimos médicos e enfermeiras competentes que organize vacinas preventivas em nossas áreas e que se preparem os próprios índios para serem os agentes de saúde de nossas comunidades porque temos mais compromisso com elas do que os funcionários da Funai, que raramente conseguem se adaptar nas nossas áreas.

Queremos também que programas de educação sejam realizados pelos próprios índios e com materiais didáticos que fale sobre as nossas próprias realidades, não esquecendo de ser uma educação bilingüe e que dê maior autonomia para as nossas populações indígenas. Reivindicamos que o Governo brasileiro nos dê condições para frequentarmos as universidades independentes das normas exigidas pelo vestibular.”

Reconhecimento oficial da UNI

4 — “Reivindicamos ainda que o Governo brasileiro reconheça oficialmente a UNI como autêntica representante dos nossos povos indígenas. Somente a UNI será capaz de representar democraticamente a vontade política de nossas diversas nações indígenas. Somente pelo fortalecimento da UNI seremos capazes de absorver democraticamente as nossas divergências, buscando um consenso dentro de nosso movimento indígena. Queremos negociar diretamente com o Governo brasileiro, sem os nossos antigos intermediários da Funai. Nós, representantes e lideranças das 180 nações indígenas hoje existentes no país, queremos ficar independentes e libertos desses intermediários e interlocutores que atualmente desempenham tais papéis dentro da Funai.

A UNI representada pelos seus diferentes coordenadores regionais e pelas lideranças e representantes de nosso movimento indígena exigimos que sejam expulsas de nossas áreas o Instituto Lingüístico de Verão, as missões Novas Tribos e outras entidades religiosas que não querem se comprometer com as nossas reivindicações e problemas. Estas missões estão mais interessadas em realizar uma expropriação espiritual de nossos povos do que nos ajudar concretamente nessa caminhada pela nossa libertação.”

Participação indígena na Constituinte

5 — “Finalmente para terminarmos este nosso documento, conclamamos ao país para que o nosso movimento indígena possa participar dos grandes debates e simpósios públicos sobre a constituinte, porque nós também queremos mudar as leis relativas aos nossos povos indígenas. Pelas atuais leis vigentes somos considerados relativamente incapazes e tutelados pela Funai que tem história, vergonhosa. Durante este período de Constituinte exigimos que nossos representantes indígenas participem diretamente nas formulações de leis que nos dizem respeito. Queremos que nas novas leis não haja mais lugar para os falsos intermediadores que hoje usam a Funai apenas para defender os seus próprios interesses, em vez de defender os nossos direitos. A Funai, que surgiu durante estes anos de ditadura militar, que herdou todos os defeitos e desmandos do antigo SPI, está com os seus dias contados a partir da Nova Constituição.

Solicitamos o apoio concreto do Governo Federal, do Senado e Congresso Nacional, especialmente a Comissão do Índio, para executar reestruturação total da FUNAI, e que o novo responsável por esse órgão indigenista não pague pelos abusos de corrupção e de incompetência dos administradores da Velha República.

Na certeza de sermos compreendidos no Senado e no Congresso Nacional, a UNI exige para os representantes do povo brasileiro, independente de partidos, analisem a nossa questão com delicadeza e carinho para edificação da NOVA REPÚBLICA."

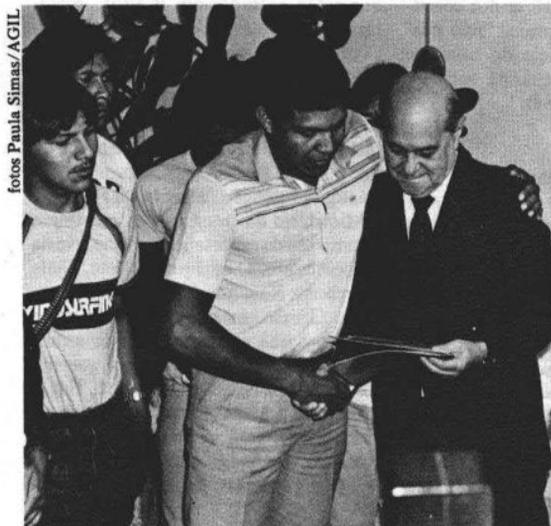
Brasília, 06 de maio de 1985.

*Assinam: Paulo Nonda Xavante
Domingos Veríssimo Marcos Terena
Gabriel Gentil Tukano (UNI-AM)
Paulo Meriecureu Bororo (UNI-Centro-Oeste)
Antonio da Veiga Kaxinawa
Samado dos Santos Pataxó
Osaias Sales Kaxinawá
Biraci Brasil Yanawá
Lázaro Kiriri
Francisco dos Santos Tuxá
Modesto Pereira Terena
José Augusto Xucurú-Kariri*

Documento de denúncias e reivindicações da UNI em relação a sua participação nas políticas indígenas, importante principalmente no sentido de entender como a FUNAI era vista pelo movimento organizado dos indígenas.

DOCUMENTOS

Documento 7



PALAVRAS DE TANCREDO NEVES:

“O grande problema indígena no Brasil é a demarcação. E a demarcação, que é realmente muito pequena, em face da extensão dos territórios ocupados pelos índios e dos territórios a que eles têm direito, tem de ser realmente incentivada.”

(JT, 12.02.85, trecho de uma resposta dada durante entrevista coletiva à imprensa nacional e internacional, no Congresso, em Brasília, no dia 11).

DOCUMENTOS

Documento 8

MANCHETES DOS JORNAIS SOBRE O CONFLITO

Polícia Militar embosca e fere a tiros índios ticuna
(**O Liberal, Belém, Pará, 19/02/85**).

PM embosca e atira em índios no Amazonas
(**O Estado de S. Paulo, SP, 19/02/85**).

Policiais abrem fogo contra 7 indígenas
(**Jornal de Brasília, 20/02/85**).

Grave estado de Tikuna ferido domingo em choque com
brancos
(**O Globo, Rio de Janeiro, 20/02/85**).

Policiais militares baleiam oito índios ticuna no Amazo-
nas
(**Folha de S. Paulo, 20/02/85**).

Fuzilados índios ticuna em duas emboscadas da PM
(**O Dia, Rio de Janeiro, 20/02/85**).

Estado de saúde do índio Juvenal Ticuna é bastante grave
(**O Liberal, Belém, 20/02/85**).

Índio baleado por PMs passa mal e deve ser removido
para Manaus
(**Folha de S. Paulo, 21/02/85**).

Antropólogo desmente embriaguez de ticunas
(**Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 22/02/85**).

Antropólogo teme que ocorram novos conflitos com ti-
cunas
(**O Globo, Rio de Janeiro, 22/02/85**).

DOCUMENTOS

Documento 9

DEPOIS DA BRIGA

As coisas que aconteceram depois da briga de B. Constant foi:

1.^a vez PM chamou uma mulher Tikuna que estava vendendo banana na feira, que ela não podia vender caro.

2.^a vez houve uma briga entre brancos e os brancos disseram que tinha sido os Tikuna.

Mas na verdade foi o próprio que foi avisar a família que o matou, por causa de uma briga que eles tinham 3 anos atrás. Isso teria que ter uma investigação. Quem me informou esta briga foi um da própria comunidade de Tauaru, o criminoso é o filho do senhor DOCA conhecido assim, culpar os outros é um crime também.

3.^a vez a PM invadiu o barco MUNANE de Campo Alegre para prender seis (6) paneiros de farinha, porque uma mulher que trabalha na feira tinha encontrado um pedaço de vidro na farinha, levou a questão para polícia, e por isso a PM levou 3 tikuna para a Delegacia junto 6 paneiros de farinha, e isso já foi encaminhado para Funai e a Funai não tomou providência.

Sobre o vidro que dizem que tem nas farinhas é só uma mulher que encontra, e os outros não encontra nada na farinha.

Tudo isso é problema contra os Tikuna.

(trecho da carta de Paulo Mendes — Memaüciü a João Pacheco de Oliveira F.^o, de Umariacú, 14/04/85).

DOCUMENTOS

Documento 10

Acampamento da Petrobrás,
às margens do Rio Jandiatuba.



fotos André Vilas Boas

Malocas de índios arredios,
abandonadas.

